

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.464.162 - RS (2019/0058110-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN E OUTRO(S) - RS044046  
DANIEL DIAS CARNEIRO GUERRA - RJ159540  
FELIPE VIEIRA DE ARAÚJO CORRÊA - RJ153480  
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude de ausência de violação do art. 1.022 do CPC/2015 e incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ e 283 do STF (e-STJ fls. 378/395).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 216):

Apelação cível. Seguros. Ação coletiva de consumo. Seguro de vida. Legitimidade ativa do Ministério Público e interesse processual.

Possibilidade de tutela de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis, através de ação coletiva, quando vislumbrado interesse social. Precedente do STF. Preliminares rejeitadas. Mérito. Reajuste por mudança de faixa etária. Ausência de previsão contratual.

Necessidade de readequação dos custos mensais dos segurados, nos termos do contrato.

Condenação à publicação dos termos da sentença em jornais de grande circulação.

Medida com expressa previsão no CDC, que visa a dar publicidade da condenação à coletividade de consumidores. Ausência de violação à liberdade de expressão. Limitação territorial dos efeitos da condenação. Inviabilidade.

Precedentes do STJ. Apelo não provido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 250/259).

As razões do recurso especial (e-STJ fls. 1.375/1.407), fundamentadas no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, apontou, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do CPC/2015, por ter deixado de se pronunciar adequadamente sobre ilegitimidade ativa do Ministério Público, notadamente, em razão da inexistência de correta indicação das razões pelas quais entendeu o v. acórdão recorrido existir, no caso, relevância social na tutela de interesses meramente patrimoniais de pequeno grupo de segurados do seguro VIDA VIP, nos termos do art. 485, VI, do CPC;

(ii) arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do CPC/2015, por deixar de se pronunciar a respeito da ausência de interesse processual, nos termos do art. 485, VI, do CPC, já que o *Parquet* não foi capaz de demonstrar a necessária dimensão coletiva para a propositura de ação civil pública, uma vez que não houve demonstração de que outros segurados foram afetados pelo suposto reajuste abusivo do Plano seguro VIDA VIP;

(iii) arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II do CPC/2015, por não ter analisado o correto instrumento que regula os contratos de Seguro Vida VIP, objeto desta ação civil pública, que previa

expressamente as hipóteses de reajustes por mudança de faixa etária (cláusula 13.2 - fl. 74) e por índice monetário (cláusula 15.1 - fl. 76);

(iv) arts. 81, III, e 82, I, ambos do Código de Defesa do Consumidor, e arts. 17 e 485, VI, ambos do CPC/2015, para que seja reconhecida a ilegitimidade ativa do recorrido para a propositura desta ação, uma vez que essa ação civil pública visa a tutela de alegados direitos disponíveis, patrimoniais, heterogêneos e sem relevância social;

(v) arts. 81, III, e 82, I, ambos do Código de Defesa do Consumidor, e arts. 17 e 485, VI, ambos do CPC/2015, em razão da inequívoca falta de interesse processual do recorrido em propor essa demanda, uma vez que o Parquet, ora recorrido, não foi capaz sequer de indicar outro segurado, além do Sr. Paulo Ladeira, que tenha tido, ou mesmo reclamado, o suposto aumento indevido, deixando, assim, de comprovar que o alegado vício de informação tenha ocorrido em outros contratos dos segurados do Plano Seguro de Vida VIP;

(vi) e, por fim, art. 16, da Lei nº 7.347/85, se reconheça que os efeitos da sentença deverão ser limitados ao âmbito de competência do MM. Juízo prolator, ou seja, aos segurados com domicílio no Rio Grande do Sul;

Alegou, ainda, afronta ao art. 94 do CDC, tendo em vista que "a ré, ora recorrente, jamais poderia ser compelida a patrocinar a publicação de decisão judicial em seu desfavor, porque essa pretensão é juridicamente impossível" (e-STJ fl. 307). Afirmou que "o art. 94 do Código de Defesa do Consumidor dispõe, de forma expressa, que a ampla divulgação aos interessados se dará por publicação de edital - o que já ocorrerá - além dos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor. A lei não impõe aos particulares ou envolvidos no caso essa obrigação de divulgação, mas, sim, aos inúmeros órgãos existentes com esse propósito. Essa imposição, portanto, ofende o teor do art. 94 do CDC e revela-se, a toda evidência, desproporcional" (e-STJ fl. 308).

Buscou, em suma, a reforma do acórdão "para que (i) reconheça a violação aos arts. 82, I, e 81, III, ambos do Código de Defesa do Consumidor, e arts. 17 e 485, VI, ambos do CPC/2015, em razão da inequívoca falta de interesse e ilegitimidade ativa do Parquet, ora recorrido, bem como do dissídio jurisprudencial evidenciado, reconhecer a ilegitimidade ativa do recorrido para a propositura desta ação, julgando-se extinto o processo, sem resolução do mérito; (ii) no limite, se reconheça que os efeitos da sentença deverão ser limitados ao âmbito de competência do MM. Juízo prolator, ou seja, aos segurados com domicílio no Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de violação frontal ao art. 16, da Lei nº 7.347/85; e, (iii) por eventualidade, reconheça a violação ao art. 94 do CDC decorrente da descabida condenação a publicação do dispositivo da sentença em jornais de grande circulação" (e-STJ fls. 309/310).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 361/370).

Parecer do Ministério Público Federal pelo parcial provimento do agravo (e-STJ fls. 512/517).

É o relatório.

Decido.

No presente caso, apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem manteve a omissão a respeito de questão pertinente ao deslinde da causa, oportunamente suscitada pela recorrente: previsão expressa das cláusulas 13.2 e 15.1, no instrumento contratual, prevendo majoração pela mudança de faixa etária, com o aumento da probabilidade de ocorrência do sinistro, e reajuste anual de correção monetária, com o respectivo índice aplicado.

É pacífico neste Tribunal o entendimento segundo o qual, não havendo apreciação dos declaratórios em relação a ponto relevante, impõe-se a anulação do acórdão recorrido para que o recurso seja novamente apreciado.

Nesse sentido, a título de exemplificação, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC.

1. Se a Corte de origem deixou de examinar alegação do agravado que pode alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidencia-se a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, sendo necessário o retorno dos autos para que o Tribunal estadual supra a omissão.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.663.226/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 4/4/2018.)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contrariedade ou obscuridade, nos termos do art. 535, I e II, do CPC/1973 (art. 1022 do atual CPC).

2. No caso em tela, verifica-se omissão do acórdão do Tribunal de origem quanto ao ponto principal da ação de indenização por dano moral, consistente na alegação de que houve retenção indevida da totalidade dos salários do recorrente pela instituição financeira por longo período de tempo, o que daria ensejo à reparação por dano moral.

3. Embargos de declaração acolhidos para, dando provimento ao recurso especial por afronta ao art. 535, II, do CPC/1.973, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se manifeste acerca dos pontos omissos ventilados pelo recorrente.

(EDcl nos EDcl no AREsp n. 113.678/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 20/4/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA.

1. Violação ao art. 535 do Código de Processo Civil/73 configurada. Acórdão estadual que não enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia. Existência de ponto omissos relativamente à justificativa de não comparecimento em audiência de coleta de material genético, diante da falta de condições financeiras e de saúde para apresentar-se na comarca de domicílio da investigante, cuja elucidação mostra-se relevante para o deslinde da controvérsia, a qual gira em torno da presunção de paternidade.

2. Agravo interno desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt no AREsp n. 1.012.760/BA, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 26/4/2018.)

Assim, constatada a omissão, considerando que a análise contratual não pode ser realizada por este juízo especial, em razão do óbice da Súmula n. 5/STJ, os autos devem retornar ao Tribunal de origem.

Ficam prejudicadas as demais questões apresentadas no recurso especial.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de anular o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração (e-STJ fls. 250/259) e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para exame da omissão apontada.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator